

Associação
Pinacoteca Arte e
Cultura - APAC

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC “Associação”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.



Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP 023228/O-4

Laerte de Meireles Cabral
Contador CRC RJ-110943/O-5

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		19	56	Fornecedores		2.884	3.124
Recursos financeiros vinculados - Contrato de Gestão	4	24.679	10.599	Impostos e contribuições a recolher	9	1.273	1.192
Recursos financeiros vinculados de projetos	5	11.603	17.151	Salários e férias a pagar	10	3.445	3.037
Contas a receber		612	561	Créditos de projetos a incorrer	11	10.569	15.396
Estoques		1.157	1.082	Recursos do Contrato de Gestão	12	20.003	6.561
Outros créditos		52	50	Outras contas a pagar		257	337
Despesas antecipadas		337	277	Receitas a Realizar Contrato de Gestão		266	
		<u>38.459</u>	<u>29.776</u>			<u>38.697</u>	<u>29.647</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Doações de bens e direitos a apropriar	13	1.049	824
Aplicações financeiras vinculadas	6.2	3.867	4.133	Provisão para contingências	14	206	70
Aplicações financeiras vinculadas - Contrato de Gestão	6.1	3.113	2.706	Retenções do Contrato de Gestão	15	3.113	2.706
Depósitos Judiciais		454	-			<u>4.368</u>	<u>3.600</u>
		<u>7.434</u>	<u>6.839</u>				
Imobilizado	8	<u>1.049</u>	<u>824</u>				
		<u>1.049</u>	<u>824</u>	Patrimônio líquido	16		
				Patrimônio social		132	132
				Fundo especial		3.745	4.060
						<u>3.877</u>	<u>4.192</u>
Total do ativo		<u>46.942</u>	<u>37.439</u>	Total do patrimônio líquido		<u>3.877</u>	<u>4.192</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>46.942</u>	<u>37.439</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas das atividades			
Contrato de gestão			
Recursos de órgão do governo - "Pina Contemporânea"	12 e 17.1	-	55.112
Recursos de órgão do governo	12 e 17.1	39.716	33.825
Ingressos, líquidos dos tributos	17.1	4.218	3.194
Venda da loja, líquida do custo das vendas e dos tributos	17.1	1.882	1.615
Cessão de Espaço	17.1	2.496	1.556
Patrocínios	17.1	4.325	-
Doações e Subvenções Contrato de Gestão	17.1	60	15.626
Outras receitas	17.1	1.712	1.615
		<u>54.409</u>	<u>112.543</u>
Patrocínio de projetos			
Fundo Patronos		5.405	1.577
Doações e Subvenções de Projetos		48	183
Recursos recebidos sem incentivo fiscal		1.345	16
Recursos recebidos por Leis de incentivo		14.009	22.523
	11.1	<u>20.807</u>	<u>24.299</u>
Trabalho voluntário e gratuidade de ingressos	18	<u>14.220</u>	<u>12.996</u>
Próprias			
Doações, projetos e outras		327	336
Doações e Subvenções		165	297
Financeiras		435	366
	17.3	<u>927</u>	<u>999</u>
Total das receitas das atividades		<u>90.363</u>	<u>150.837</u>
Despesas das atividades			
Doações - "Pina Contemporânea"	17.2	-	(55.112)
Despesas gerais - com Contrato de Gestão	17.2	(54.560)	(57.431)
Despesas gerais - com patrocínio de projetos	11.1	(20.656)	(24.299)
Trabalho voluntário e gratuidade de ingressos	18	(14.220)	(12.996)
Gerais e administrativas		<u>(342)</u>	<u>(540)</u>
Total das despesas das atividades		<u>(89.778)</u>	<u>(150.378)</u>
Superávit do exercício		<u>585</u>	<u>459</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Superávit do exercício	585	459
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>585</u></u>	<u><u>459</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Patrimônio social	Fundo especial	Superávit (déficit) acumulado	Total
Em 01 de janeiro de 2024		132	3.601	-	3.733
Superávit do exercício		-	-	459	459
Resgate Fundo Especial para Contrato de Gestão	16	-	-	-	-
Apropriação do superávit		-	459	(459)	-
Em 31 de dezembro de 2024		132	4.060	-	4.192
Superávit do exercício		-	-	585	585
Resgate Fundo Especial para Pinaball		-	(900)	-	(900)
Apropriação do superávit		-	585	(585)	-
Em 31 de dezembro de 2024		132	3.745	-	3.877

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	585	459
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	273	15.834
Baixa do Ativo Imobilizado e intangível líquida	(1)	271
Baixa por doação ao Estado Imobilizado - "Pina Contemporânea"	-	55.107
Provisão para contingências	136	29
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução em ativos		
Recursos financeiros do contrato de gestão	(14.080)	(2.034)
Recursos financeiros de projetos	5.548	8.648
Contas a receber	(51)	(148)
Estoques	(75)	14
Outros créditos	(2)	(7)
Despesas antecipadas	(60)	169
Aumento/(redução) em passivos		
Fornecedores	(240)	(3.282)
Impostos e contribuições a recolher	81	114
Salários e férias a pagar	408	177
Créditos de projetos a incorrer	(4.827)	(8.160)
Recursos do contrato de gestão e Obrigações com o Estado "Pina Contemporânea"	13.708	(66.388)
Doações de bens e direitos a apropriar	225	113
Outras contas a pagar	(80)	337
Retenção do contrato de gestão	407	2.563
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.955	3.816
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição bens "Pina Contemporânea" - doação ao Estado	-	(61)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(498)	(693)
(Diminuição) aplicações financeiras vinculadas	266	(464)
(Diminuição) aumento aplicações financeiras vinculadas contrato de gestão	(407)	(2.614)
Depósitos Judiciais	(454)	
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	(1.093)	(3.832)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Resgate fundo especial para Contrato de Gestão	(900)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento	(900)	-
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(38)	(17)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	56	73
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	19	56
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(37)	(17)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, também denominada “Associação” ou “APAC”, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1992, regida por seu estatuto social de 1º de dezembro de 2015 e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998.

A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca de São Paulo e Memorial da Resistência de São Paulo ("Pinacoteca" ou "Museu"), como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter cívico, educacional, artístico e cultural.

Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- (i) Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura, como Contratos de Gestão.
- (ii) Realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público, assim como, promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, incentivando a formação artística e cultural.
- (iii) Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais, ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação.
- (iv) Atuar com os poderes constituídos em âmbitos federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área artística-cultural e estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca de São Paulo e da Associação.

A Associação é reconhecida pela Secretaria de Cultura e Economia e Indústria Criativas (SEC) como Organização Social de Cultura (OSC), DOE 19 de agosto, de 2005 seção I, página 115, podendo ser contratada pelo Estado para a gestão de equipamentos de cultura por meio de Contrato de Gestão.

A Associação possui como principais fontes de recursos para a manutenção de suas atividades, os repasses do Contrato de Gestão com a Secretaria de Cultura, Indústria e Economia Criativas do Governo do Estado de São Paulo, os recursos provenientes dos projetos patrocinados pelas Leis de incentivo à cultura, e as receitas operacionais do Museu com vendas da loja, vendas de ingressos e cessão onerosa de espaços, além de doações e parcerias com pessoas físicas e jurídicas.

Contrato de gestão

Em 01 de julho de 2023 a Associação celebrou Contrato de Gestão (Contrato nº 005/2023), estabelecendo o prazo de vigência de 60 meses, (5 anos), com término em 30 de junho de 2028.

Durante o período do contrato, a Associação receberá parte dos recursos financeiros da Secretaria de Cultura, Indústria e Economia Criativas, destinados ao fomento e à operacionalização do Plano de Trabalho, que contempla as atividades na área de museologia na Pinacoteca de São Paulo em seus três edifícios (Pinacoteca Luz, Pinacoteca Estação, Memorial da Resistência do Estado de São Paulo e Pinacoteca Contemporânea), e poderá gerir espaços para estacionamento, em área dentro ou fora de suas dependências, para atendimento dos frequentadores dos museus, bem como venda de produtos relacionados aos objetivos da APAC, e também explorar café, bar ou restaurante, desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades previstas no Contrato de Gestão.

As principais obrigações e responsabilidades da Associação são as seguintes:

- (i) Executar ações descritas e caracterizadas no Anexo ao Contrato de Gestão - Programa de Trabalho, cumprindo as metas a serem atingidas, nos prazos previstos.
- (ii) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público.
- (iii) Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados, assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo deverão fazer parte do patrimônio do Estado).
- (iv) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas nesse Contrato de Gestão, responsabilizando-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Contrato de Gestão.
- (v) Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público.
- (vi) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para qualificação como organização social.
- (vii) Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Cultura, Indústria e Economia Criativas, conforme procedimento estabelecido em Contrato de Gestão ou Resolução da SCEIC os projetos culturais que impliquem:
 - O empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição.
 - A restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural por terceiros.

- (viii) Submeter quadrimestralmente relatórios parciais de acompanhamento das metas do Contrato de Gestão à Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Cultura, Indústria e Economia Criativas.
- (ix) Contratar seguro multirrisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em amostras, exposições e outros eventos.

No caso de não cumprimento, parcial ou total, ou superação das metas, com variação maior ou menor que 20% (vinte por cento) em relação às metas estabelecidas no Contrato de Gestão, a Associação deverá justificar a variação e, caso a justificativa não seja acolhida pela Unidade Gestora do Contrato, poderá ser punida com multa. O valor da multa que vier a ser aplicada está determinado no próprio contrato de gestão e será comunicado à Associação, e o respectivo montante descontado dos pagamentos subsequentes devidos em decorrência da execução do objeto contratual.

Os bens patrimoniais cedidos à Administração da Associação a título de Permissão de Uso são os imóveis situados na Praça da Luz, 2, no Largo General Osório, 66 e na Avenida Tiradentes 273, Luz, além do acervo museológico de obras de arte bibliográfico e documental da Pinacoteca de São Paulo.

Pela parceria, a Associação recebeu, no prazo e condições acordados para o ano de 2025 a importância de R\$ 35.864, houve em dezembro/2025 o 5º aditamento no valor de R\$ 13.373 para readequações no telhado da Pina Luz e o 4º aditamento no valor de R\$ 2.424 para readequações de acessibilidade na área externa da Pina Luz. Em 10 de setembro de 2025 houve também o 3º aditamento do contrato de Gestão nº 05/2023 onde foi aportado o valor de R\$ 1.900, recursos destinados a Readequação do andar térreo e do 1º andar da Pina Estação e ainda em dezembro 2024 houve o 2º aditamento do contrato de Gestão nº 05/2023 sendo aportada a importância de R\$ 5.000, recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo, e destinados, exclusivamente, às ações do Programa Especial – Pinacoteca e Museu da Casa Brasileira que serão realizadas no período de 2025 e 2026, e R\$ 550 do Tesouro Estadual, para o transporte do acervo do MCB, ações de melhorias de Reserva Técnica de obras e projeto executivo para instalação do gerador no prédio da Pinacoteca Estação, totalizando para o exercício de 2025 a importância de R\$ 53.561 e para 2024 R\$ 40.550.

Para 2025, o contrato previu que a Associação não poderia gastar mais do que 55% do seu orçamento total com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a ser percebidos pelos seus empregados, assim como a remuneração da Diretoria não poderia ultrapassar o percentual anual de 7% do orçamento total da Associação, sendo essas metas atendidas em 37,30% e 3,17% respectivamente para o exercício de 2025 e em 2024 os percentuais apurados foram 38,05% e 2,30%.

A Administração é requerida a enviar quadrimestralmente relatórios para acompanhamento das metas, os relatórios do primeiro e segundo quadrimestre de 2025 foram preparados e encaminhados, após aprovação do Conselho da Associação, para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria da Cultura, Indústria e Economia Criativas, tendo sido aprovados pelo Conselho em 19 de maio e 15 de setembro de 2025, respectivamente. O relatório referente ao terceiro quadrimestre passará por deliberação do Conselho em 25 de fevereiro de 2026 e tem prazo de entrega marcado para 09 de março de 2026, consolidando com relatório anual.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Mensuração de provisões para contingências (Nota Explicativa nº 14).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados nas rubricas “Recursos financeiros Contrato de Gestão” e “Recursos financeiros de projetos”.

Aplicações financeiras vinculadas

Demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício ou conta de obrigação com o contrato de gestão.

Essas aplicações, embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, dependendo de autorização do Conselho de Administração ou, quando requerido, do poder público, estando relacionadas com a constituição de Fundos (Notas Explicativas nº 6 e 15).

Recursos financeiros vinculados

Recursos financeiros vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão ou a outro projeto incentivado e outros ajustes que lhe deram origem. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras são apropriados na rubrica de créditos de projetos a incorrer.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem apenas fornecedores como passivos financeiros não derivativos, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*, durante os exercícios de 2025 e 2024.

c. Contas a receber

Estão representadas substancialmente por remuneração de captação de recursos com destinação específica, por lei de incentivo, cartões de crédito de vendas da loja e da bilheteria.

d. Estoques e demais ativos circulante e não circulante

Os estoques são representados substancialmente por artigos de papelaria, *souvenires* e livros.

Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, exceto os livros oriundos de doações de projetos culturais que são custeados por Lei de Incentivo.

e. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, o prazo do contrato de gestão (até cinco anos), não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos realizados durante a vigência do contrato serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado.

f. Provisão para perdas do valor recuperável (*impairment*) em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

h. Créditos de projetos a incorrer

Estão representados, substancialmente, pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados. Os montantes ainda não utilizados desses projetos ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos

projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. Geralmente, os saldos remanescentes são transferidos para projetos de anos subsequentes após a aprovação, conforme o caso.

i. Recursos do contrato de gestão

Estão representados pelos valores recebidos para aplicação em gastos do contrato de gestão, e compromissos financeiros já assumidos como despesas antecipadas, estoque e outros créditos e que ainda não foi reconhecida a respectiva receita.

j. Provisões

São reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

k. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data de levantamento do balanço patrimonial.

l. Doações de bens e direitos a apropriar

Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciable deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito na receita de contrato de gestão, em contrapartida da depreciação registrada como despesa no resultado.

m. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

n. Apuração do superávit (déficit)

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados ou executados, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

As receitas de doações, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. As doações de bens e direitos estão comentadas no item (l) desta nota.

A receita de ingressos e lojas decorre substancialmente da venda de livros e souvenirs, e da venda dos ingressos. São reconhecidas mensalmente pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de débito ou crédito ou pix.

A receita de gratuidade está representada substancialmente pela concessão de ingressos a alunos de escolas públicas, entrada franca aos sábados e atrações pontuais para o público em geral,

valorizada pelo mesmo montante que seria cobrado de terceiros e sendo contabilizada como se tivesse ocorrido o seu recebimento e uma doação pelos alunos ou escolas (receita e despesa no mesmo montante).

A receita com trabalhos voluntários, conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, é valorizada incluindo os membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensurada ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida as despesas operacionais também no resultado do exercício.

As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas, são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios.

o. Benefícios a empregados

A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

p. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 19.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

4 Recursos financeiros vinculados - Contrato de Gestão

	2025	2024
Contrato de Gestão 005/2023		
Caixa	30	37
Bancos conta movimento - Contrato de gestão	13.498	53
*Bancos conta movimento – vinculados ao Contrato de gestão (Pinaball)	87	-
	<u>13.615</u>	<u>90</u>
Aplicações financeiras		
<i>Banco do Brasil S.</i>		
Fundo de Renda Fixa - RF CP Empresa Ágil	10.906	10.475
Fundo de Renda Fixa – RF DI Plus Ágil - Pina Contemporânea	-	34
Fundo de Renda Fixa – RF DI Plus Ágil - Pinaball	158	-
	<u>11.064</u>	<u>10.509</u>
Total Recursos Financeiros Vinculados - Contrato de Gestão 005/2023	<u>24.679</u>	<u>10.599</u>

*A conta vinculada ao Contrato de Gestão é referente ao Projeto Pinaball, celebrações 120 anos.

A conta movimento do Contrato de Gestão encerrou o ano com saldos significativos, devido aos depósitos relacionados aos aditamentos que foram efetuados pela Secretaria de Cultura, Indústria e Economia Criativas no último dia de expediente bancário. Os valores foram devidamente aplicados no início do exercício fiscal de 2026.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2025, as aplicações em fundos de investimento do Banco do Brasil S.A. tiveram remuneração aproximadamente de 86% e 92% da taxa CDI (82% e 90% do CDI em 2024). Em atendimento às cláusulas do Contrato de Gestão, as aplicações financeiras são realizadas exclusivamente no Banco do Brasil.

5 Recursos financeiros vinculados de projetos

	2025	2024
Bancos conta-movimento		
Terra Foundation	-	47
	-	47
Aplicações financeiras		
Plano plurianual 2026/29	4.828	-
Projeto Hyundai	2.646	2.535
Programa Patronos	1.946	2.039
Plano anual 2025	1.472	8.045
Projeto Exposição Parque da Luz 2025JD	390	459
Plano plurianual MRSP 2026/29	188	-
ProAC Memoria da Resistência	92	-
ProAC Pina Praça	41	-
Plano anual 2024	-	3.049
Projeto Terra Foundation	-	284
ProAC 2023/24	-	461
Projeto Decay	-	232
Total recursos vinculados de projetos	11.603	17.104
	11.603	17.151

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações são realizadas no Banco do Brasil e em 2025 as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração entre 92 % e 86 % da taxa CDI (90% a 82% do CDI em 2024) ao ano.

6 Aplicações financeiras vinculadas

6.1 Contrato de Gestão

Contrato de Gestão 005/2023	2025	2024
Banco do Brasil S.A.		
Fundo de Renda Fixa – Empresa Ágil (fundo de reserva)	669	531
Fundo de Renda Fixa – DI Ágil (reserva de contingência)	2.444	2.175
Subtotal - Aplicações financeiras vinculadas (a)	3.113	2.706

6.2 Próprias

	2025	2024
Banco Itaú S.A.		
Fundo Premium Renda Fixa Referenciado DI - FICFI	2.291	1.282
Fundo Premium FICFI (fundo especial)	486	437
Itaú Corp RF DI FIFCIC RL	366	-
Santander CDB PROG Santander	320	-
Santander CDB PRE Santander	284	-
Fundo Premium RF Referenciado DI (fundo especial)	114	2.414
Santander Contamax	1	-
Santander Contamax Empresarial	5	-
Subtotal - Aplicações financeiras vinculadas (b)	3.867	4.133
Total aplicações financeiras vinculadas	6.980	6.839

As aplicações financeiras do Banco do Brasil S.A. apresentaram uma rentabilidade anual média 92% do CDI (89% do CDI em 2024), as aplicações do Banco Itaú S.A. rentabilizaram aproximadamente 90% (89% do CDI em 2024) da taxa CDI para as duas aplicações e o Banco Santander, CDB Progressivo apresentaram uma rentabilidade de 100% da taxa CDI, Santander Especial 80% do CDI e CDBs pré-fixados têm um retorno nominal garantido de 14,35% que não varia com as condições de mercado após a contratação.

- (a) As aplicações financeiras vinculadas, estão atreladas as retenções do contrato de gestão, especificamente para os fundos de reserva e contingência, conforme especificados na Nota Explicativa nº 15.
- (b) Essas aplicações vinculadas, referem-se ao fundo especial, que é composto pelos recursos próprios da Associação apurados no superávit / déficits do exercício e de anos anteriores, onde o valor só deverá ser utilizado na própria instituição e sua utilização deve ser definido e aprovado em assembleia pelo conselho administrativo. A contrapartida desse valor está registrada no Patrimônio líquido na linha de Fundo especial vide Nota explicativa nº 16. A redução do valor é devido ao valor aplicado nas celebrações dos 120 anos.

7 Imobilizado "Pina Contemporânea" - doação ao Estado

	2025	2024
Obra civil	-	50.535
Automação predial	-	2.507
Elevadores Social e Carga	-	653
Sistemas ar-condicionado	-	12.614
Sistemas elétricos e hidráulicos	-	16.031
Despesas Gerenciais ADM Obra	-	2.406
Subtotal	-	84.746
Depreciação acumulada	-	(29.640)
Imobilizado líquido - "Pina Contemporânea" em novembro 2024	-	55.106
Doação - "Pina Contemporânea" para o Estado (nota explicativa 17.2)	-	(55.106)
Imobilizado líquido - "Pina Contemporânea" em dezembro de 2024	-	-

Em março de 2022 foi iniciada a construção do novo prédio e reforma da antiga escola estadual Prudente de Moraes, localizada na Avenida Tiradentes, 273 para o projeto “Pinacoteca Contemporânea. A Associação efetuou a baixa do imobilizado, a partir do - Termo de Permissão de Uso (“TCU”) de 12 de novembro de 2024, emitido

Consultoria Jurídica da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, órgão da Procuradoria Geral do Estado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da PGE/SP), e o artigo 6º, inciso I, do Decreto estadual nº 47.011, de 20 de agosto de 2002, c/c o artigo 3º da Resolução PGE nº 9, de 16 de março de 2018, a Fazendo do Estado de Estado de São Paulo (Permitente) devidamente autorizada pelo artigo 10, caput, do Decreto nº 43.493, de 29 de setembro de 1998, do processo SEI 010.00005552/2023-71, firmou com a APAC (Permissionária), Termo de Permissão de Uso – TPU da “Pinacoteca Contemporânea”, o que materializou e reconheceu a entrega das obras realizadas pela APAC nas edificações, conforme relatório técnico de vistoria realizada pelo grupo de projetos e acompanhamento de obras da Secretaria, com as seguintes características atualizadas após a obra:

- Imóvel com endereço na Avenida Tiradentes, nº 273, CEP 01101-010, Município de São Paulo, SP, com terreno de 6.858 m² (seis mil, oitocentos e cinquenta e oito metros quadrados), conforme informação contida na ficha SGI - Sistema de Gerenciamento de Imóveis nº 38222 do Conselho do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo, transferido da administração da Secretaria da Educação para a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas pelo Decreto nº 62.971 de 28 de novembro de 2017.

8 Imobilizado

	2025		2024	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	4.737	(4.386)	351	123
Máquinas e equipamentos	1.466	(1.361)	105	103
Instalações	1.393	(1.273)	120	167
Equipamentos de informática	3.391	(2.937)	454	405
Telefonia	106	(98)	8	11
Equipamentos fotográficos	119	(108)	11	15
	11.212	(10.163)	1.049	824

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

Em 2025

Custo	01/01/2025	Adição	Baixa	31/12/2025
Móveis e utensílios	4.446	294	(3)	4.737
Máquinas e equipamentos	1.466	28	(28)	1.466
Instalações	1.393	-	-	1.393
Equipamentos de informática	3.253	176	(38)	3.391
Telefonia	106	-	-	106
Equipamentos fotográficos	123	-	(4)	119
Total custo	10.787	498	(73)	11.212
Depreciação				

Móveis e utensílios	(4.323)	(67)	4	(4.386)
Máquinas e equipamentos	(1.363)	(26)	28	(1.361)
Instalações	(1.226)	(47)	-	(1.273)
Equipamentos de informática	(2.848)	(126)	37	(2.937)
Telefonia	(95)	(3)	-	(98)
Equipamentos fotográficos	(108)	(4)	4	(108)
Total depreciação	(9.963)	(273)	73	(10.163)
Saldo líquido imobilizado	824	225	-	1.049

Em 2024

Custo	01/01/2024	Adição	Baixa	31/12/2024
Móveis e utensílios	4.377	103	(34)	4.446
Máquinas e equipamentos	1.393	73	-	1.466
Instalações	1.190	203	-	1.393
Equipamentos de informática	2.947	306	-	3.253
Telefonia	102	4	-	106
Equipamentos fotográficos	121	4	(2)	123
Total custo	10.130	693	(36)	10.787
Depreciação				
Móveis e utensílios	(4.260)	(97)	34	(4.323)
Máquinas e equipamentos	(1.335)	(28)	-	(1.363)
Instalações	(1.190)	(36)	-	(1.226)
Equipamentos de informática	(2.678)	(170)	-	(2.848)
Telefonia	(93)	(2)	-	(95)
Equipamentos fotográficos	(99)	(11)	2	(108)
Total depreciação	(9.655)	(344)	36	(9.963)
Saldo líquido imobilizado	475	349	-	824

9 Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
INSS a recolher	583	527
IRRF a recolher	451	382
ISSQN a recolher	140	36
PIS e COFINS a recolher	74	63
ICMS a recolher	25	38
FGTS a recolher	-	146
	1.273	1.192

10 Salários e férias a pagar

	2025	2024
Salários a pagar	1.021	932
Provisão de férias e encargos	2.424	2.105
	3.445	3.037

11 Créditos de projetos a incorrer

	2025			2024		
	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido
Plano Anual 2024(a)	-	-	-	1.910	(604)	1.306
Plano Anual 2025(a)	688	(182)	506	8.045	-	8.045
Projeto Exposição Parque da Luz	362	-	362	459	-	459
Plano Plurianual 2026/29 Pina(a)	4.828	-	4.828	-	-	-
Plano Plurianual 2026/29MR(a)	188	-	188	-	-	-
ProAC 2023/24(b)	-	-	-	444	-	444
ProAC 2024 Pina Praça(b)	20	-	20	-	-	-
ProAC 2024MR(b)	84	-	84	-	-	-
Programa Patronos(c)	1.937	-	1.937	2.035	-	2.035
Projeto Terra Foundation(d)	-	-	-	341	-	341
Projeto Hyundai	2.644	-	2.644	2.535	-	2.535
Outros	-	-	-	231	-	231
	10.751	(182)	10.569	16.000	(604)	15.396

- (a) Os Planos Anuais (Planos anuais, 2024 e 2025) e plurianuais (PRONAC 25 4652 Plurianual 2026 a 2029 –Pinacoteca), PRONAC 25 4641 Plurianual 2026 a 2029 - Memorial da Resistência do Estado de São Paulo e Projeto Exposição Pq. Da Luz 2025, estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC.
- (b) O PROAC 2023/24, 2024 Pina Praça e 2024MR estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução de projetos incentivados pelo Programa de Ação Cultural (PROAC).
- (c) O Programa Patronos está representado por cotas pagas por pessoas físicas que apoiam a aquisição de obras de arte contemporânea para incorporação ao acervo da Pinacoteca.
- (d) São valores representados pela parceria firmada com Grupo Hyundai em 2024, que acontecerá nos anos de 2025 e 2026, e com a Terra *Foundation* para custear projetos em parceria. A exposição da parceria com a Terra *Foundation* estava prevista para acontecer em 2020, porém, devido a pandemia da COVID 19, a abertura da exposição foi prorrogada para 2022 e o saldo residual foi aplicado em ações durante 2025.

Os recursos utilizados na execução dos projetos estão apresentados na demonstração do resultado como receitas das atividades na rubrica "Patrocínio de projetos", assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, estão apresentados em despesas das atividades na rubrica "Despesas gerais - com patrocínio de projetos".

O plano de trabalho do PRONAC 25 4652 Plurianual 2026 a 2029 -Pinacoteca e PRONAC 25 4641 Plurianual 2026 a 2029 - Memorial da Resistência do Estado de São Paulo foram homologados para captação em 06 de agosto de 2025 e, após atingido o valor exigido pela instrução normativa, houve a homologação para execução até 31 de dezembro de 2029, conforme estabelecido na Instrução Normativa MinC nº 23, de 05 de fevereiro de 2025, que estabelece procedimentos relativos à apresentação, à recepção, à seleção, à análise, à aprovação, ao acompanhamento, ao monitoramento, à prestação de contas e à avaliação de resultados dos programas, dos projetos e das ações culturais do mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

A movimentação dos projetos pode ser assim demonstrada:

	PRONAC						PRONAC			Outros	Total
	2023	2024	2025	2025JD	2026/29	2026/29MR	ProAC23	ProAC24 Pina Praça	ProAC 24MR		
Em 01 de janeiro de 2024	11.108	9.680	-	-	-	-	573	-	-	2.195	23.556
Recursos recebidos	-	2.723	8.028	459	-	-	-	-	-	4.441	15.651
Receitas financeiras e outras	79	238	17	-	-	-	38	-	-	116	488
Gastos incorridos na execução do projeto	71	(21.989)	-	-	-	-	(167)	-	-	(183)	(22.268)
Compra de obras de arte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.427)	(1.427)
Compra de bens móveis e intangível	-	(604)	-	-	-	-	-	-	-	-	(604)
Recursos transferidos para novo PA e outros	(11.258)	11.258	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	-	1.306	8.045	459	-	-	444	-	-	5.142	15.396
Recursos recebidos	-	-	4.939	-	4.818	187	-	250	200	5.149	15.543
Receitas financeiras e outras	-	9	398	38	10	1	3	14	11	444	928
Gastos incorridos na execução do projeto	-	(128)	(13.881)	(135)	-	-	(383)	(244)	(109)	(476)	(15.356)
Compra de obras de arte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.251)	(5.251)
Compra de bens móveis e intangível	-	-	(182)	-	-	-	-	-	18	(36)	(200)
Recurso Devolvido	-	-	-	-	-	-	(64)	-	-	(427)	(491)
Recursos transferidos para novo PA e outros	-	(1.187)	1.187	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	506	362	4.828	188	-	20	120	4.545	10.569

Recursos recebidos: Referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados com e sem lei de incentivo. Em 2025 foi recebido o montante de R\$ 15.543 (R\$ 15.651 em 2024), vinculados aos “Programa de Patronos”, Projetos como “Pronac”, “Proac” e “não Incentivados” onde está alocado a parceria com o Hyundai e a Terra Foundation. Sendo com os projetos “Pronac”, “Proac” e “Incentivados” o montante de R\$ 10.394 (R\$ 11.210 em 2024) R\$ 5.149 (R\$ 4.441 em 2024) com “Outros” projetos.

Gastos incorridos na execução do projeto: No exercício 2025 foi reconhecido os gastos inerentes a esses projetos o montante de 15.356 (R\$ 22.268 em 2024), não contemplando a depreciação de R\$ 48 em 2025 (R\$ 72 em 2024).

Compras de obras de arte: Foram empregados na aquisição de obras de arte no valor R\$ 5.251 (R\$ 1.427 em 2024), devido a uma doação extraordinária ocorrida em 2025 para aquisição da obra Canudos, do artista Luiz Zerbini, e posterior doação ao acervo do Estado de São Paulo.

11.1 A composição das naturezas dos principais gastos incorridos (consumidos) nos projetos pode ser assim demonstrada:

	2025			2024		
	Plano anual 2024/25	Outros	Total	Plano anual 2024/23	Outros	Total
Produção, curadoria, coordenação técnica, transporte, publicações e outros (a)	7.752	1.335	9.087	16.257	210	16.467
Divulgação	-	-	-	413	-	413
Despesas com pessoal (b)	5.841	21	5.862	5.559	2	5.561
Material de consumo	1	-	1	-	15	15
Obras de arte	-	5.251	5.251	-	1.427	1.427
Depreciação e amortização	45	3	48	183	-	183
Outros	370	188	558	108	125	233
	<u>14.009</u>	<u>6.798</u>	<u>20.807</u>	<u>22.520</u>	<u>1.779</u>	<u>24.299</u>

(a) Estão inclusos contratos de Exposição de Programação Cultural,

(b) Está incluído gastos com Folha de Pagamento, sendo R\$ 5.562 em 2025 e R\$ 5.559 em 2024.

11.2 A composição dos bens móveis e intangíveis adquiridos com recursos dos projetos pode ser assim demonstrada:

	2025	2024
Equipamentos de informática	97	296
Móveis e utensílios	82	53
Máquinas e Equipamentos	2	52
Instalações	19	203
	<u>200</u>	<u>604</u>
Depreciação e amortização	<u>(48)</u>	<u>(75)</u>
	<u>152</u>	<u>529</u>

O imobilizado adquirido por Planos Anuais (Lei Rouanet) e demais projetos é apresentado no balanço na linha de “Doações de bens e direitos a apropriar”. Os valores serão incorporados ao imobilizado da Associação quando o projeto for encerrado, entregue a prestação de contas ao Ministério da Cultura, consoante disposição da I Instrução Normativa MinC nº 23, de 05 de fevereiro de 2025, que estabelece procedimentos relativos à apresentação, à recepção, à seleção, à análise, à aprovação, ao acompanhamento, ao monitoramento, à prestação de contas e à avaliação de resultados dos programas, dos projetos e das ações culturais do mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

12 Recursos do contrato de gestão

A seguir, apresentamos a movimentação do contrato de gestão demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldos em	Valores	Recursos	Reserva			Saldos em
Recursos contrato de gestão	31/12/2024	recebidos	Específicos Pina Contemporânea	Contingencia	Outros Ativo	Consumo	31/12/2025
Contrato de Gestão n° 05/2023 (a)	6.561	53.561	-	(109)	(294)	(39.716)	20.003

	Saldos em	Valores	Recursos			Doação ao	Saldos em
Pina contemporânea	31/12/2024	Transferidos	específicos	Consumo	Outras	Estado	31/12/2025
Obrigações de doações ao Estado bruto (b)	84.746	-	-	-	-	-	-
(-) depreciação do período (b)	(29.640)	-	-	-	-	-	-
Doação - “Pina Contemporânea” para o Estado (b)	(55.106)	-	-	-	-	-	-
Obrigações de doações ao Estado (b)	-	-	-	-	-	-	-

Valores recebidos/captados - Referem-se aos montantes recebidos por meio de repasses do Governo do Estado e captados para o contrato de gestão.

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados no contrato de gestão ao longo do exercício social e aquisição de imobilizado.

- a. O valor de R\$ 20.003, refere-se ao saldo acumulado remanescente para custeio do Contrato de Gestão n° 05/2023 no ano de 2025 e de compromissos financeiros já assumidos pela Associação, demonstrado nas contas outros créditos e despesas antecipadas, dos quais as receitas ainda não foram apropriadas.
Os saldos em 31/12/2025 são significativos, principalmente, devido ao 5º aditamento no valor de R\$ 13.373 para readequações no telhado da Pina Luz e o 4º aditamento no valor de R\$ 2.424 para readequações de acessibilidade na área externa da Pina Luz, ambos depositados nos últimos dias do exercício fiscal.
- b. Em 2021 foi assinado o 5º termo aditivo ao Contrato de Gestão n° 01/2018, para inclusão de repasse adicional de R\$ 55.000 para construção e metas relacionadas ao projeto “Pinacoteca Contemporânea”, adicionalmente foi realizada a captação de recursos via doação no montante de R\$ 30.000. Em 31 de dezembro de 2023 havia sido empenhado o montante de R\$ 84.684 na construção da “Pina Contemporânea”. Em novembro de 2024 o ativo foi doado para a Secretaria de acordo com o Termo de Permissão de Uso – TPU, emitido pela Secretaria da Cultura – SCEIC, veja detalhes na nota explicativa 7.

13 Doações de bens e direitos a apropriar

	2025	2024
No início do exercício	824	711
Bens recebidos em doação ou adquiridos com recursos do contrato de gestão ou de projetos incentivados		
Imobilizado	497	693
Apropriação para o resultado – Realização (*)	<u>(272)</u>	<u>(580)</u>
No final do exercício	<u>1.049</u>	<u>824</u>

As doações são apropriadas ao resultado na mesma proporção da depreciação ou amortização contabilizada.

(*)A apropriação da receita de doações é composta por R\$ 60 (R\$ 100 em 2024) decorrente do contrato de gestão, R\$ 165 (R\$ 297 em 2024) de recursos próprios e R\$ 47 (R\$ 183 em 2024) de projetos incentivados.

14 Contingências

Na data das demonstrações financeiras, a Associação apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências de projetos da Lei Rouanet ou Trabalhistas:

	2025	2024
Provisão para contingências trabalhistas	206	70

A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

As contingências trabalhistas, consistem, principalmente, em reclamações de terceiros solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício.

A Associação também possui ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, no montante estimado de R\$ 2.100 (R\$ 3.048 em 2024) para cíveis, R\$ 8.746 (R\$ 8.092 em 2024) para tributárias e R\$ 206 (R\$ 303 em 2024) para trabalhistas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessas questões.

15 Retenções do contrato de gestão

Abaixo estão demonstradas as destinações e alocações das aplicações financeiras:

15.1 Contrato Gestão nº 05/2023

Abaixo estão demonstradas as destinações e alocações das aplicações financeiras:

	Fundo de reserva (a)	Reserva de contingências (b)	Total
Em 31 de dezembro de 2024	2.175	531	2.706
Aplicação realizada	33	407	440
Rendimentos auferidos	236	62	298
Resgate realizado	-	(331)	(331)
	<u>2.444</u>	<u>669</u>	<u>3.113</u>
Em 31 de dezembro de 2025	2.444	669	3.113

(a) Fundo de reserva

Foi constituído pela APAC à razão de 6% do repasse do ano de 2024, no montante de R\$ 2.100, como requerido no Contrato de Gestão nº 05/2023 firmado com a Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas, estando os recursos financeiros correspondentes aplicados em conta bancária específica e sob a tutela do Conselho de Administração, podendo ser utilizado em situações de desequilíbrio financeiro, ocasionado por eventuais atrasos em recebimentos de recursos, estando o saldo apresentado acrescido dos rendimentos auferidos na sua aplicação. Em 2025 foi feito o aporte de complemento de R\$ 33 totalizando o valor de R\$ 2.133 principal, acrescido de R\$ 311 de rendimentos auferidos para o Fundo de Reserva.

(b) Fundo para contingências

Foi constituído em razão do Decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009, que determina que a organização social abrirá conta bancária específica, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na qual será depositada parte dos recursos financeiros repassados em decorrência do contrato de gestão, respeitada, para esse fim, porcentagem fixada pelo Secretário da Cultura, de comum acordo com a organização social e de modo compatível com a finalidade da conta. O percentual acordado para o repasse anual foi de 1%. Em 2023 foi foram aportados para constituição do fundo de contingência no valor de R\$ 143, em 2024 foram realizado aportes totalizando o valor de R\$ 365 e em 2025 foram aportados valores no total de R\$ 407, um resgate de R\$ 331, devidamente aprovado pela Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas, destinados ao pagamento de rescisão contratual, totalizando o valor de R\$ 584 na conta de Fundo para contingências, o saldo apresentado acrescido dos rendimentos auferidos na sua aplicação em dezembro de 2025 são de R\$ 669.

16 Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superávits (déficits) apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida pela Assembleia Geral, e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

Fundo especial

Em 2007, a Administração decidiu constituir o Fundo Especial, mediante apropriação de parte do superávit acumulado até aquele ano e integralização dos resultados dos anos subsequentes, para

fazer face a eventuais prejuízos ou despesas futuras não recorrentes, inesperáveis ou momentâneos, devendo sua movimentação financeira ser aprovada pelo Conselho de Administração.

17 Receitas e despesas com contrato de gestão

17.1 Receitas do contrato de Gestão

	2025	2024
Receita consoante Contrato de Gestão e seus aditivos		
Repasse Contrato de Gestão – CG nº 05/2023		
Receita apropriada doação “Pina contemporânea” – (nota explicativa 7)	-	55.112
Receita apropriada Contrato de Gestão	39.716	33.825
Subtotal – recursos empenhados de órgão de governo	39.716	88.937
Venda da loja, líquida do custo das vendas e dos tributos		
Receita bruta de vendas	2.920	2.348
Custo das vendas	(630)	(514)
Impostos incidentes sobre a venda	(350)	(219)
Subtotal - venda de loja	1.882	1.615
Ingressos, líquidos dos tributos		
Bilheteria	3.006	3.414
Bilheteria Especial	1.616	-
ISS - Imposto sobre serviços	(404)	(220)
Subtotal - Ingressos	4.218	3.194
Demais receitas		
Depreciação e amortização	60	15.626
Cessão de Espaço	2.496	1.556
Patrocínios não incentivados	4.325	993
Financeiras	851	373
Doações pessoas físicas e jurídicas	746	35
Permutas e Parcerias	-	-
Outras	115	214
Subtotal outras receitas	8.593	18.797
Total receita contrato de gestão	54.409	112.543

17.2 Despesas do contrato de gestão

	2025	2024
Com pessoal	(27.618)	(24.753)
Contratos	(17.771)	(10.585)
Utilidade pública	(3.815)	(3.544)
Pré-produção e preparação	(2.679)	(623)
Material de consumo	(1.154)	(832)
Divulgação e comercialização	(325)	(212)
Realização de doações de bens e direitos	(274)	(14)
Tributárias	(209)	(66)
Depreciação e amortização	(60)	(15.626)
Outras despesas	(655)	(1.182)

Doação “Pina contemporânea” – (nota explicativa 7)	-	(55.106)
--	---	----------

Total das despesas gerais - com contrato de gestão	(54.560)	(112.543)
---	-----------------	------------------

17.3 Receitas próprias

	2025	2024
Contribuição Associativa	327	336
Doações e subvenções	165	297
Outras - Financeiras	435	366
Total	927	999

18 Trabalho voluntário e gratuidade

	2025	2024
Trabalho voluntário (a)	32	34
Gratuidade de ingressos (b)	14.188	12.962
Total	14.220	12.996

- (a) O trabalho voluntário é valorizado incluindo remuneração dos membros dos conselhos (Administração, fiscal e consultivo), conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, sendo mensurado ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, para 2025 tivemos 12 conselheiros do conselho de administração e 13 em 2024.
- (b) Esses valores correspondem a isenção do pagamento de ingressos para Menores de 10 anos, Maiores de 60 anos, Pessoa com deficiência, Professores da rede pública, Estudante rede pública, Membros ABCA ou AICA, Membros ICOM, Amigos da Pinacoteca, Conselheiros da Pinacoteca, Patrocinadores / Parcerias, Familiares de funcionários da Pinacoteca, Funcionários de museus públicos, funcionários públicos do estado de São Paulo, guias de turismo, taxista, jornalista, aos sábados para o público em geral. O valor facial do ingresso é de 30 reais para inteira e 15 reais para meia entrada.

19 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante esse exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros não derivativos

A Associação mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado. A Associação não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

20 Aspectos fiscais (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias
- Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD)

IRPJ e CSLL

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, esta goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186, de 2 de setembro de 1975, arts. 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 e art. 195 da Constituição Federal.

COFINS sobre as receitas próprias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias de acordo com a Lei nº 9.718/98.

Com base na Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu art. 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, serem isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532/97. Em maio de 2008, os advogados da Associação intentaram Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária solicitando que seja declarada a imunidade da Associação ou, subsidiariamente, que seja declarada a isenção com relação ao recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas decorrentes de suas atividades (estatutariamente previstas), a saber: (a) a bilheteria; (b) a cessão de espaço para eventos que objetivem a difusão da cultura e da educação; (c) a cessão de espaço para café e afins; e (d) a venda de produtos relacionados com o escopo do museu, ainda pendente de apreciação. A Associação aguarda decisão do referido pedido.

Após publicação do Decreto nº 8.426/2015, que revogou o Decreto anterior nº 5.442/2005, as receitas sobre aplicações financeiras passaram a ser devidas e são recolhidas pela Associação.

ISSQN

A Associação recolhe ISS sobre serviços prestados e bilheteria, além das retenções efetuadas de terceiros. Em 14 de novembro de 2017, foi aprovada a Lei nº 16.757/2017, que estabeleceu para as Organizações Sociais sediadas no Município de São Paulo a isenção de apenas 60% do imposto devido, fixando a alíquota efetiva mínima em 2%, exigível a partir de 2018. A partir de 2019, a APAC passou a protocolar, no portal da Prefeitura de São Paulo, autodeclarações de imunidade com o objetivo de afastar o recolhimento do ISS incidente sobre os repasses decorrentes do contrato de gestão.

Seguindo a orientação de seus assessores jurídicos, a APAC ajuizou, em 2 de setembro de 2020, Ação de Procedimento Comum com pedido de tutela de urgência antecipada (Processo nº

1023690-81.2020.8.26.0053). O objetivo foi o reconhecimento do direito da Associação de: (i) usufruir da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal, desde, ao menos, a data de sua qualificação como Organização Social pelo Estado de São Paulo, impedindo o Município de São Paulo de promover qualquer ato de cobrança de créditos de ISS, presentes ou futuros; e (ii) obter a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de ISS sobre receitas de bilheteria, nos termos do art. 165, I, do Código Tributário Nacional, devidamente corrigidos.

O pedido de tutela de urgência visava suspender a exigibilidade dos créditos tributários de ISS cobrados nas Execuções Fiscais nº 1523407-84.2020.8.26.0090 e nº 1532975-27.2020.8.26.0090, relativos a recursos de captação provenientes das Leis de Incentivo PRONAC e PROAC. Em maio de 2020, a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo deferiu o pedido de tutela antecipada formulado pela APAC.

Na fase de produção de provas, em janeiro de 2021, o perito nomeado apresentou laudo confirmando integralmente os argumentos da Associação. Após as manifestações das partes, foi proferida sentença, em março de 2022, julgando parcialmente procedentes os pedidos para reconhecer a imunidade pleiteada, declarar a nulidade dos autos de infração nº 6709884-3, 6709866-5, 6709868-1, 6709869-0 e 6709907-6, e reconhecer o direito à restituição do indébito. Nos anos de 2023 e 2024 não houve andamento relevante no processo.

A Fazenda interpôs Recurso de Apelação, que foi integralmente desprovido. Em seguida, foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário, ambos inadmitidos, o que resultou na apresentação de Agravos em Recurso Especial e Extraordinário, bem como de Agravo Interno no TJSP, todos rejeitados, com remessa dos autos aos Tribunais Superiores.

O acórdão que negou provimento ao Agravo em Recurso Especial transitou em julgado em abril de 2025 e, em julho de 2025, ocorreu o trânsito em julgado do acórdão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário. Todas as decisões foram favoráveis à Associação.

Após o encerramento dos recursos nos Tribunais Superiores, o processo retornou ao TJSP e foi definitivamente arquivado em setembro de 2025, com o reconhecimento da imunidade tributária da Associação perante o Município. Esse entendimento vem sendo aplicado pela própria Administração Municipal, que passou a cancelar, de ofício, autos de infração anteriores à vigência da Lei Municipal nº 17.719/2021.

A título de esclarecimento, a Lei Municipal nº 17.719/2021, promulgada em 26 de novembro de 2021, estabeleceu, em seu art. 39, a não incidência do ISS sobre recursos repassados pelo Poder Público, no âmbito de contratos de gestão celebrados pela União, pelos Estados ou pelos Municípios, com pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos qualificadas como Organizações Sociais da área da cultura, caso da Associação.

ITCMD – Imposto Transmissão Causa Mortis Doação

Em dezembro de 2019 a Secretaria da Cultura e Economia Criativa e a Secretaria da fazenda do Estado de São Paulo, publicaram a resolução conjunta, o que ampliou a vigência da certidão para 3 anos. Em 15 de Maio de 2025 foi renovada a certidão do ITCMD junto a Secretaria de Estado da Fazenda, concedendo isenção para o período de 16 de outubro de 2025 até 15 de outubro de 2028.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a instituição tem por obrigação e recolhe a contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas Autoridades Fiscais.

21 Cobertura de seguros

Para a renovação do seguro em 2025, a seguradora contratou para a cobertura dos imóveis da Pinacoteca Luz, Pinacoteca Estação e Pina Contemporânea o valor total de R\$ 316.069, tendo como limite máximo de garantia da apólice 137.000.

A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com coberturas determinadas por orientação de especialistas, com vigência de 05 de junho de 2025 a 05 de junho de 2026. As coberturas de seguros contratadas (locais - Praça da Luz, 2 - Bom Retiro - CEP 01120010, Largo General Osório, 66 - Santa Ifigênia, CEP: 01212000 e Av. Tiradentes, 273 - Luz, CEP: 01101010) têm os seguintes limites:

Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), raio, explosão de qualquer natureza, implosão e queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais ou espaciais	136.000
Alagamento e Inundação	52
Danos elétricos	1.201
Danos por água	50
Despesas com recomposição de Registros e Documentos	52
Equipamentos eletrônicos sem roubo	343
Equipamentos móveis	229
Fidelidade	208
Pequenas Obras de Engenharia, para Ampliações, Reparos ou Reformas	500
Quebra de vidros	69
Roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento	12
Roubo de valores no interior das dependências do segurado	23
Roubo, furto qualificado de bens nas dependências do segurado	96
Tumultos ou greve	362
Vazamento acidental dos tanques e tubulações	208
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impactos de veículos terrestres e fumaça	1.802
Cobertura para despesas fixas	1.000

Adicionalmente, também mantém seguro de responsabilidade civil com cobertura contratada de limite máximo de R\$ 15.000, com vigência de 5 de junho de 2025 a 5 de junho de 2026, e Seguro D&O (Directors and Officers Liability Insurance”) com cobertura contratada de limite máximo de R\$ 1.000, e vigência de 28 de Agosto de 2025 até 28 de Agosto de 2026.

Há ainda uma apólice “guarda-chuva” para o acervo contratada para 2025, com limite máximo de cobertura de R\$ 30.000 para transporte nacional por empresa especializada, R\$ 15.000 para obras de arte expostas em locais temporários e R\$ 150.000 para todas as obras expostas nos espaços administrados pela Associação, incluindo os bens e acervo da Pinacoteca cedidos no contrato de gestão, com vigência de 01 de fevereiro de 2025 até 31 de janeiro de 2026. Com relação às obras

de arte em circulação, recebidas na Pinacoteca ou enviadas para exposições em outras localidades, são contratados seguros específicos para cobertura da obra enquanto ela estiver em trânsito ou em local externo às reservas técnicas da Pinacoteca.

* * *

Jochen Volz
Diretor-geral

Marcelo Costa Dantas
Diretor administrativo-financeiro

Edinea Aparecida Rocha Possebon
Contadora
1SP 262.859/O-1